**Exmo. Sr. Juiz da Central de Mandados de <XXX> – SP,**

Ilmo. Sr. Coordenador,

Considerando:

- a pública e notória piora no quadro epidemiológico da pandemia de Covid19 que assola o país;

- o reconhecimento, no Plano São Paulo de contenção à pandemia, desse agravamento e a respectiva mudança de fase relativa às restrições sanitárias no território da jurisdição deste TRT2;

- a não manifestação, até o presente momento, da administração deste Tribunal quanto a mudanças no seu plano Retorno de Retorno Gradual às Atividades Presenciais que garantam a integridade física plena do seu corpo funcional e do jurisdicionado nessas circunstâncias de agravamento de quadro;

- que este oficial de justiça não percebe qualquer dos adicionais (insalubridade, periculosidade ou atividades penosas) previstos no art. 68 e seguintes da Lei 8.112/1990;

- a greve sanitária conflagrada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD), atendidos os requisitos estipulados na Lei n. 7.783/89 e pelo STF no julgamento dos Mandados de Injunção 670, 708 e 712;

- o endosso da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AOJUSTRA) à participação dos oficiais de justiça no movimento paredista conduzido pelo sindicato, conforme decisão em assembleia realizada em 28/01/2021;

Venho comunicar minha adesão à greve sanitária, enquanto perdurar a fase laranja/vermelha do Plano São Paulo, com a recusa a desempenhar atividades em condições que representem riscos graves e iminentes de contaminação, pelo que fica sustada por este oficial a realização de diligências externas/presenciais, mantendo-me em “home office”, no exercício regular de minhas atividades junto ao Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial (GAEPP) e no exclusivo cumprimento dos mandados distribuídos por esta Central de Mandados cujas diligências possam realizar-se pelos meios telemáticos/à distância.

Respeitosamente,

<NOME>

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Matrícula <XXX>